ST 05: MULTINARRATIVAS E OS BRASIS NO ENSINO DEHISTÓRIA

COORDENADORES: Profa. Dra. Ana Paula Cruz
Profa. Me. Eliana de Souza Rolim

MEMÓRIAS DOS MILITARES DE ESQUERDA E O ENGAJAMENTO NA LUTA ARMADA

Luanna Michaelly Soares Rodrigues
PPGLE/UFCG
Luannamihaellysr@gmail.com

Israel Soaes De Sousa
UFCG
Israelhistoria@gmail.com

RESUMO

O Objetivo do presente artigo é discutir as formas de resistência da esquerda à ditadura militar (1964-1986), discutindo uma possível narrativa a partir da análise da reportagem intitulada "Às Armas: Ditadura cortou toda a possibilidade de contestação democrática". De acordo com a reportagem em questão, os grupos de esquerda acabaram 'obrigados' à luta armada". A publicação foi veiculada na Revista Caros Amigos (fascículo 6, ano de 2007) e tinha como foco a luta armada da esquerda, como forma de contestar e reagir a truculência da ditadura. Na época, as organizações de esquerda se articularam com objetivos claros e específicos de combater à ditadura, coordenadas por lideranças que,

muitas vezes apresentavam dissidências entre elas quanto a forma e o modo de combater a ditadura. Para tecer tais reflexões torna-se necessário levar em consideração perspectivas relevantes como Fico (2004), Pereira (2011), entre outras que possuem importantes discussões sobre os movimentos de luta dos grupos de periferia e da classe média no contexto da censura e repressão no Brasil.

Palavras-Chave: Ditadura; Resistência; Esquerda; Censura.

PRIMEIRAS PALAVRAS

O espectro ditatorial dos governos militares volta a rondar o Brasil no atual contexto. A ascensão de grupos considerados de extrema direita aos quadros políticos do país, tanto no executivo como no legislativo, desperta um sentimento que pensávamos ter sido reprimido há muito tempo no Brasil: o medo do cerceamento das liberdades civis. A polarização de parte significativa da população entre esquerda e direita, ao menos nos discursos, remete nossas reflexões históricas ao período pré-1964, quando a caça ao comunismo se concretizava nas mais diversas perseguições. Se é verdade que a história se repete enquanto tragédia e depois enquanto farsa, é bem complexo entender a trágica farsa que circunda o velho-novo discurso da família com Deus e da segurança dos regimes totalitários. Esse contexto, apresenta-se como impulsionador das discussões que se seguem, com o objetivo de entendermos as formas de resistência do período conhecido como Ditadura Civil-Militar.

Assim, buscamos discutir as formas de resistência da esquerda à ditadura, construindo uma narrativa problematizadora a partir da análise da Revista Caros Amigos, intitula "Às Armas: Ditadura cortou toda a possibilidade de contestação democrática". De acordo com a reportagem, parte dos grupos de esquerda da época acabaram pressionados a optar pela luta armada, pois com a democracia esfacelada, suas reivindicações e demandas não eram ouvidas e, muito menos, atendidas; ao contrário, eram reprimidas com violência. Para tecer tais reflexões, pautamo-nos em perspectivas como FICO (2004) que possui importantes discussões em relação aos movimentos de luta dos grupos de periferia e da classe média.

Para organizar melhor o texto, propomo-nos, em um primeiro momento, contextualizar o período militar no Brasil para, em seguida, discutirmos a reportagem e imagem da Revista Caros Amigos, nos tópicos que se seguem.

1. O CONTEXTO DA DITADURA MILITAR NO BRASIL

O dia 31 de março de 1964, marcou um período inesquecível e nebuloso para a história do Brasil. Ali se iniciava um dos períodos mais violentos para com os direitos individuais da história política do nosso país. O presidente João Goulart foi afastado da presidência e se iniciou, aos poucos, o governo militar, que resultaria em uma ditadura opressora.

O exercício do poder ditatorial se deu de forma organizada e articulada. A ditadura brasileira (1964-1985) exerceu uma forte repressão, baseada em uma rede de segurança e vigilância, apoiada em órgãos e instrumentos jurídicos e militares de segurança nacional. Nesse sentido, "a montagem do esquema de repressão envolveu a busca de conhecimento específico". (PEREIRA, 2011, p.218). Os militares dispuseram de conhecimentos científicos, psicológicos e judiciários no exercício das práticas de torturas e investigações.

A repressão e a censura civil e política foram marcas indeléveis do regime militar no Brasil. Os militares divulgavam a necessidade de uma sociedade ordenada no tripé pátria, família e religião. Assim, o intuito era eliminar toda ameaça que representasse contrariedade a esse projeto de governo.

Os comunistas tornaram-se a grande ameaça e medo dos militares, eles pregavam a necessidade de proteger a sociedade e a pátria desses inimigos que, de alguma forma, no imaginário social queriam desorganizar o curso de desenvolvimento do Brasil.

Para a manutenção do governo e para a defesa da pátria, os militares investiram em um pesado aparelho repressivo, um braço forte e organizado de "defesa social e política do Estado". Para dar conta de seu governo autoritário, "a partir de 1964, gestou-se um projeto repressivo global, fundamentado na perspectiva da "utopia autoritária",

segundo a qual seria possível eliminar o comunismo, a "subversão", a corrupção, etc" (FICO, 2004, p.36).

A imposição do governo militar não se podia dar aleatoriamente, numa demonstração de poder pelo poder, para se alcançar seus objetivos e se sustentarem, alcançando o apoio de grande parte da população, os militares criaram e disseminaram um conjunto de ideologias, ideias e concepções que fazia crer ser necessário a ditadura no Brasil.

Disseminou-se no interior da sociedade um clima de incerteza e de instabilidade e, aos poucos, se construía a ideia errônea, evidente, que o Brasil e sua sociedade era um ambiente em que se fazia necessário e urgente o governo militar como forma de reestabelecimento da ordem e da segurança para todos os cidadãos.

> Sem a desestabilização (propaganda ideológica, mobilização da classe média etc.) o golpe seria bastante difícil; sem a iniciativa militar, impossível. Portanto, é preciso bem distinguir a atuação desestabilizadora (a propaganda do Ipes e outras agências) da conspiração golpista civil-militar, que em muitos momentos não passou de retórica radical e somente se consolidou às vésperas do 31 de março. (FICO,2014, p.55).

A disseminação de ideias auto vantajosas, propaganda ideológica e a mobilização da classe média foram três fatores importantes, que contribuíram para a legitimação da ditadura militar no poder.

> As transformações estruturais do capitalismo brasileiro, a fragilidade institucional do país, as incertezas que marcaram o governo de João Goulart, a propaganda política do Ipes, a índole golpista dos conspiradores, especialmente dos militares – todas são causas, macroestruturais ou micrológicas, que devem ser levadas em conta, não havendo nenhuma fragilidade teórica em considerarmos como razões do golpe tanto os condicionantes estruturais quanto os processos conjunturais ou os episódios imediatos. Que uma tal conjunção de fatores adversos – esperamos todos – jamais se repita. (FICO, 2014, p.56).

A instauração da ditadura no ano de 1964 contou com uma rede de fatores que auxiliaram na eclosão ditatorial.

> Foi preciso construir uma rede de apoio dentro das forças armadas e, por essa razão, alguns dos mais destacados associados ao Ipes e ao Ibad foram oficiais dos mais influenciados na época. Tendo estimulado uma atmosfera de inquietação política, conseguiram coordenar e integrar os vários grupos militares, conspirando contra o governo, e, de certa forma, proporcionar o exigido raciocínio estratégico para o golpe". (FICO,2014, p.51).

Fatores econômicos, políticos e sociais foram usados e a partir desse tripé e os militares trabalharam para que fossem criados símbolos e ideologias que legitimavam o governo. Além disso, é preciso destacar o apoio das classes médias e das forças armadas, no entanto "se a preparação do golpe foi de fato, ‘’civil militar, no golpe, propriamente, sobressaiu o papel dos militares. Foi indiscutível a preponderância dos militares, em detrimento das lideranças golpistas civis". (FICO, 2014, p.5).

Os militares investiam sempre na divulgação de elementos que demonstrassem a positividade do regime e que atestassem a ideia de que a ditadura era vantajosa para a sociedade e para o desenvolvimento do Brasil. A ideia de uma nação forte, os ideários cristãos associados ao Estado, a valorização da família e a concepção de ordem e progresso foram elementos importantes para respaldar a ditadura militar da época.

Um elemento importante para criar um clima de homogeneidade e identidade de um povo brasileiro, o futebol, especialmente as atuações vitoriosas da seleção brasileira foram amplamente usadas pela ditadura, para criar junto ao povo e ao mundo a ideia de que o Brasil estava muito bem; e próspero, e o povo estava feliz, e honrado, e todas essas glórias eram feitos diretos ou indiretos do regime político vigente.

Em meio a tantas censuras, torturas e limitações da liberdade civil, propagandas de jogos de futebol, nos quais o Brasil era vitorioso impulsionavam a popularidade do Governo em meio à população. Muitas também eram as músicas que embalavam o regime opressor, fazendo crer que o povo brasileiro estava feliz e satisfeito, imerso em um clima

de progresso e desenvolvimento, quando na verdade boa parte da população estava insatisfeita, machucada e torturada.

A ditadura divulgava resultados positivos para construir uma imagem de benefícios para a sociedade. Realidades como o milagre econômico, momento de crescimento na economia brasileira serviram de entusiasmo para os brasileiros, alimentando um ideário de consumo da época. Esse fato serviu de aparato para um dos governos mais duros da ditadura militar, o governo do General Médici, período que ficou conhecido como Anos de Chumbo. Os militares queriam que todos acreditassem que o progresso do Brasil, só podia ser feito mediante a ordem e a contenção do povo.

De 1964 a 1985 os militares se valeram de um arsenal de estratégias muitas vezes questionáveis para se manter no poder, entre elas o mecanismo de necessidade de defesa contra as ameaças ao regime, que representava a ordem e o bem comum. Criaram a ideia e elegeram aqueles considerados subversivos, principalmente todos os que não comungavam de suas ideias. Os militares acreditavam e fazia ser crível diante a sociedade que "deveriam ser eliminados os 'óbices' ao 'objetivo nacional permanente' de transformação do Brasil em uma potência mundial. (FICO, 2004, p.34). Era necessário eliminar as barreiras do progresso nacional.

Os comunistas foram os principais inimigos eleitos pelos militares. Todos os que lutavam contra o regime eram perseguidos, julgados, torturados e na pior das hipóteses desapareciam sob os auspícios do Estado, o que, muitas vezes, equivalia a morte. Para sustentar esse sistema eles contaram com o aparato judicial, que perseguia e punia os subversivos.

> Manipulações jurídicas e julgamentos políticos são úteis para um regime autoritário, porque podem desmobilizar movimentos populares de oposição com eficiência, reduzindo a necessidade de exercer a força; porque granjeiam legitimidade para o regime ao mostrar que ele 'joga limpo' com seus opositores; porque criam imagens políticas positivas para o regime e negativas para a oposição. (COUTO, 2010, p.220).

O arsenal jurídico além de auxiliar na "limpeza" dos inimigos, era um ponto de apoio que legitimava e atestava a coerência do regime, pois se havia julgamento e investigação, os militares queriam fazer crer que eles eram honestos perante seus adversários. Isso levava mais uma vez à falsa ideia de um governo igualitário, interessado no bem-estar da sociedade.

Era complicado para os grupos de esquerda receberem as ideologias construídas pela ditadura, mas nem todos tinham percepção dos reais interesses da ditadura, além de boa parcela da sociedade coadunar com as ações e ideias impostas pelo Estado.

> Prevaleceu a indiferença da maioria da população. Sem consciência política, desorganizada, desinformada, pobre e carente, o "povão" nem tem noção precisa do que está acontecendo. Não participa, não é ouvido. A verdade é que essa massa aprovará entusiasticamente o governo Médici, auge da ditadura. Tudo por causa do impacto favorável da aceleração do crescimento econômico sobre seu quotidiano. COUTO,2010, p.100).

A maior parte da sociedade brasileira foi embalada pela propaganda, pelas músicas carregadas de emoção e pelo deslumbre do milagre econômico e assistiram aos ditames da ditadura sem saber de fato o que acontecia. Mas isso não pode encobrir a parcela da população que lutou, criticou e se impôs contra o regime, mesmo correndo perigo de tortura, exílio ou morte.

Foram duas décadas de uma ditatura truculenta, que usou de artimanhas diversas para camuflar a desumana forma de governo que estava em voga. As torturas, as censuras e privações eram encobertas e disfarçadas por marchinhas e sambas, ideologias e perspectivas de progressos, milagres e vitórias que buscavam conformar os brasileiros a perceber como benéfico aquele governo das limitações e do atraso.

Diante disso, percebe-se que o "estudo da memória militar chama a atenção para aspectos complexos do processo histórico que culminou no golpe, dentre os quais sobreleva o caráter aparentemente disperso da conspiração" (FICO, 2004, p.02). Percebe-se a riqueza de versões dos fatos que se detêm muito aos grupos mais organizados socialmente e desprezam as aglutinações paralelas.

Em relação ao que nos chega historicamente sobre o período da Ditadura Militar, é necessário considerar que "confirmar ou recordar uma lembrança, não são necessários testemunhos no sentido literal da palavra, ou seja, indivíduos presentes sob uma forma material e sensível" (HALBWACHS, 2013, p. 31). Assim, partimos da compreensão de que a memória não se restringe a lembrança, mas também ao esquecimento. "A memória vive uma tensão entre a presença e a ausência. Portanto toda memória reelabora, reconstrói o passado, em vez de simplesmente refleti-lo". (PAIM, 2010, p.89). Neste sentido, os ecos da ditadura e suas lembranças não desaparecem do imaginário brasileiro, é um passado que incomoda. Para muitos lembrar a ditadura, é lembrar-se de tortura e dor, pois, de fato, a tortura foi responsável por gestar uma memória doente, que não é esquecida e nem resolvida. Uma ferida aberta, que sangra constantemente. Porém, para quem esteve do lado do governo militar, ou para sua maioria, o esquecimento das atrocidades dessa época é essencial.

2. ENGRENAGENS DA DIADURA REVELADA

Figura 01: Reportagem da Revista Caros Amigos

ÀS ARMAS

Ditadura cortou toda possibilidade de contestação democrática

As esquerdas acabaram "obrigadas" à luta armada

Em meados de 1969, as organizações de esquerda, entre tradicionais, dissidências e facções, chegavam a uma centena. Todas se animaram com a "desapropriação" do cofre de Adhemar de Barros, que apurou mais de 2 milhões e meio de dólares (ver fascículo 5, pp. 144/145).

Embora abaladas por rachas, na essência o objetivo era arregimentar a massa contra o inimigo comum, a ditadura. Aquela montanha de dinheiro ajudaria a sustentar militantes, muitos na clandestinidade. As ações mais audaciosas partiam das organizações com lideranças mais experientes:

- a ALN, Ação Libertadora Nacional, de Carlos Marighella, junto com o MR-8, Movimento Revolucionário 8 de Outubro, seqüestrou o embaixador americano, Charles Elbrick, e o alemão, Ehrefried Von Holleben;
- a VPR, Vanguarda Popular Revolucionária, de Carlos Lamarca, praticou assaltos e o seqüestro do embaixador suíço Giovanni Bucher;
- o PCBR, Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, de Mário Alves, Jacob Gorender e Apolônio de Carvalho, combinava guerrilha e trabalho de massas nas cidades;
- a Polop, Política Operária, e a AP, Ação Popular, formada pela militância estudantil católica, propunham o socialismo humanista;
- o Partido Comunista do Brasil, PC do B, de João Amazonas e Maurício Grabois, tendia à guerra popular prolongada de linha maoísta, e vinha montando a guerrilha do Araguaia, que os militares combateriam a partir de 1972 (ver p. 188).

Em fins de junho de 1968, na semana em que se realizava no Rio a Passeata dos 100.000, em São Paulo a esquerda praticava dois atentados importantes. Quatro homens fardados saltaram de madrugada de uma camionete C-14 na frente do Hospital Militar do Cambuci; amordaçaram duas sentinelas e levaram nove fuzis.

Indignado, o comandante do II Exército desafia os assaltantes a entrar em seu QG do Ibirapuera – um forte de concreto armado. Dois dias depois, uma C-14 e três fuscas, com oito homens, param perto do QG. Dois homens saltam, o sentinela Mário Kozel Filho atira. A C-14 prossegue sozinha, graças a um dispositivo preso ao acelerador, bate num poste e pára junto ao muro. Kozel vai examinar o veículo. Uma carga de 50 quilos de dinamite explode, matando o rapaz e ferindo outros seis militares.

Esses atos desencadearam a fase ostensiva de combate entre esquerda armada e ditadura.

Lamarca ensina tiro a funcionárias do Bradesco, enquanto se prepara para se transformar em guerrilheiro.

Figura: As Esquerdas acabaram "obrigadas" à luta armada. Ano de 1969.

Uma questão ainda hoje polêmica em relação aos processos de resistência à Ditadura Militar diz respeito à luta armada por parte dos grupos de esquerda, que tendo suas liberdades cerceadas, encontraram no movimento de guerrilha uma forma de combater as forças políticas do período. Sobre essa questão, buscamos discutir a reportagem sobre o tema na Revista Caros Amigos, que remonta o ano de ano de 2007, momento em que, no Brasil, estava sendo publicado o documento "Direito à Memória e à Verdade", elaborado pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Neste ano, o ministro Paulo Vannuchi se colocou como defensor da rediscussão da Lei

da Anistia e justificava sua posição afirmando que até aquele momento, não existia lei alguma indicando que a tortura está prescrita.

O documento analisado é um texto que se intitula, "Às Armas: Ditadura cortou toda a possibilidade de contestação democrática. As Esquerdas acabaram "obrigadas" à luta armada. Encontrado na Revista Caros Amigos, na edição A ditadura militar no Brasil - A história em cima dos fatos, fascículo 6, do ano de 2007.

É importante destacar que a Revista Caros amigos foi lançada no ano de 1997, notadamente traz uma perspectiva de esquerda dos fatos já transcorridos, uma vez que a Ditadura tem seu início no ano de 1964 e termina em 1985, abrindo a possibilidade para explicações outrora censuradas. Na edição do fascículo 6 o diretor responsável foi Sérgio de Souza, jornalista, editor e fundador da revista em questão. que faleceu no ano de 2008.

O documento em questão é curto, com foto, traz uma linguagem clara e fluída, com levantamentos de dados e localização temporal. Publicado no ano de 2007, é uma perspectiva possível acerca das organizações de esquerda que se opuseram pelo viés da luta armada contra a ditadura, fato acontecido há 38 anos em relação ao contexto de publicação da matéria na Revista.

Por muitas vezes, o emissor cita o ano de referência dos fatos discutidos na reportagem, como por exemplo, o ano de formação de determinadas guerrilhas e o início de suas atividades. A análise apresenta uma versão coerente e respaldada em fontes relevantes, não discutidos anteriormente. Para a escrita das matérias foram consultadas fontes como os jornais Última Hora, Folha de São Paulo, obras como Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós-1930, perspectivas importantes como a de Wilma Antunes Maciel em O Capitão Lamarca e a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária).

A matéria da revista se reporta ao ano de 1969, momento em que os movimentos de guerrilham começavam a aparecer de maneira mais organizada no país, apresentando a luta armada como uma possibilidade extrema de reivindicar; ou seja, como uma espécie de fuga e única opção de contestação e luta para os indivíduos da esquerda insatisfeitos e contrários aos militares. Percebe-se a voracidade das engrenagens da ditadura e a eficácia de seus aparelhos repressores que deixam os revolucionários da esquerda sem

possibilidade de expressão e oposição ao governo militar. Diante disso, optam pela luta armada que, naquele momento histórico específico, se constituiu em uma organização popular de luta armada, o objetivo era reunir e organizar as "massas" para a luta, ou seja, o maior número de pessoas dispostas a pegar em armas em nome da liberdade e democracia.

Caracterizados pelas instituições oficiais como grupos terroristas, as organizações de esquerda são mostradas na reportagem como grupos e facções com objetivos claros e coordenados por líderes, podendo assim apresentar dissidências entre eles quanto a forma e o modo de combater a ditadura. Cada organização tinha um ideal de luta, na matéria analisada, por exemplo, é citado que o PC do B estava inspirado nas ideias maoístas (baseado em Mao Tsé-Tung líder comunista chinês). Os grupos armados logicamente viviam na clandestinidade, ou seja, eram ilegais diante da ordem estabelecida pelos princípios de combate à esquerda dos militares.

O texto mostra que no contexto das guerrilhas, o combate entre esquerda e direita eram ideológicos, mas nesse contexto, havia embates diretos. Isso fica claro quando é tratado os assaltos realizados pela esquerda às sentinelas (guardas e oficiais da ditadura). O movimento da luta armada esquerda centrava-se, principalmente, em assaltos a bancos, com a finalidade financiar a manutenção dos grupos e sequestros de políticos importantes para negociar a liberdade de presos políticos.

A reportagem também apresenta algumas organizações de luta armada que foram pioneiras e relevantes nessa empreitada: ALN (Ação Libertadora Nacional), VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), Polop (Política Operária), AP (Ação Popular), PC do B (Partido Comunista Brasileiro). Esses grupos, cada uma a sua maneira foram responsáveis por forçar o Regime Militar a irem cedendo espaços de negociações, porém, não é nosso objetivo explorar as características de cada um neste trabalho.

No texto são elencadas ações como sequestros e assaltos, realizados pelas organizações de esquerda. São citados, entre outros, o sequestro de Giovani Bucher, realizado pela Guerrilha de Carlos Lamarca, a Vanguarda Popular Revolucionária, e o sequestro de Charles Elbrick embaixador americano capturado pela Ação Libertadora

Nacional de Carlos Marighella. Esses sequestros eram ações que surtiam efeitos positivos para a esquerda, sendo uma porta de diálogo e troca entre a esquerda e a direita. Era uma forma que a esquerda encontrava de pressionar a direita e até negociar a liberdade de companheiros exilados.

A reportagem contém uma fotografia na qual aparecem quatro mulheres com armas na mão e três homens com fardas e bonés que sugerem ser de uma mesma organização, no caso a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) de Carlos Lamarca. A foto contém uma legenda: "Lamarca ensina tiros a funcionárias do Bradesco, enquanto se prepara para se transformar em guerrilheiro". É uma imagem anterior à entrada de La Marca no movimento armado da época, porém, a leitura da fotografia pode nos sugerir a disciplina e a sistematização das guerrilhas no que se refere ao treinamento e planejamento de intervenção na luta. Por outro lado, nos mostra que todo cidadão tinha possibilidade de integrar as guerrilhas e de lutar contra a Ditadura, bastando treinamento e disponibilidade para as investidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na leitura do texto, podemos perceber seu objetivo em mostrar uma versão contrária à do Estado em relação aos fatos que envolvem a ditadura; com o objetivo de ultrapassar uma visão e uma versão hegemônica dos vencedores da Ditadura Militar no Brasil. O documento abre possibilidades, a qualquer pesquisador que esteja disposto a analisar e construir contrapontos, para críticas e questionamentos acerca da massa que não se deixou reprimir por uma ditadura tirana, mas que resistiu de forma organizada e armada.

O processo de abertura política à participação democrática dos sujeitos permitiu a reestruturação do país em vários aspectos, inclusive na forma de luta e resistência dos diversos movimentos. Os grupos de esquerda, saídos da ilegalidade, passaram a organizar-se de maneira a participar ativamente da política do país. O Estado foi obrigado a abrir as possibilidades de diálogos com a sociedade, que percebeu a possibilidade de participação. Nesse sentido, as lutas por igualdade e democracia no país não deixaram de

existir, elas se reestruturaram de acordo com a situação, que permitiu o hasteamento de novas bandeiras de luta para além da econômica. Os movimentos sociais se organizaram e passaram a usar outras estratégias como as marchas, o debate, a participação política, a inserção nos espaços acadêmicos e de discussão social; formas de luta que têm possibilitado muitas conquistas e que precisam ser mantidas para a permanência e manutenção dos direitos adquiridos.

REFERÊNCIAS

COUTO, Ronaldo Costa. O governo Costa e Silva – 1967-1969. In**: História indiscreta da ditadura e da abertura**. RJ, Editora Record, 2010, pp. 85-108.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

PEREIRA, Anthony W. Sistemas judiciais e repressão política no Brasil, Chile e Argentina. In: SANTOS, Cecília McDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (orgs.). **Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil**, vol. I. São Paulo, Aderaldo e Rothschild Editores, 2011.

SOUZA, Sérgio. Às Armas: Ditadura cortou toda a possibilidade de contestação democrática. As Esquerdas acabaram "obrigadas" à luta armada. **Revista Caros Amigos**. Edição A ditadura militar no Brasil - fascículo 6, p. 85, 2007.